

Uma leitura do mundo: o uso de documentos escritos em sala de aula

Flávia Emanuely Lima Ribeiro

Graduanda em História, UFRN.

O trabalho trata do uso de documentos escritos em sala de aula. Ao trabalhar o documento como um meio de se questionar uma visão linear da história, pretendemos estimular a leitura crítica nos alunos, de forma que estes produzam as suas próprias respostas e enxerguem a complexidade dos processos históricos. O uso de documentos históricos em sala de aula pode estimular a percepção do aluno quanto à produção do conhecimento em História, confrontando a realidade do documento com os dados que são postos pelo livro didático, veículo pedagógico mais popularmente utilizado pelos alunos da educação básica. O ato de confrontar é posto, neste trabalho, não para ratificar um tipo de conhecimento pronto e acabado, e sim no sentido de produção de conhecimentos, a partir de diferentes visões que o documento escrito proporciona. De acordo com os PCN-História (5ª a 8ª séries), é tarefa do professor criar situações de ensino para os alunos estabelecerem relações entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses específicos de grupos e articulações sociais. Um dos caminhos para a execução de tal tarefa é o desenvolvimento de atividades com diferentes fontes de informação, como por exemplo, livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, documentos escritos, dentre outros. Com o objetivo de confrontar dados e abordagens. Em consonância com o PCN-(5ª a 8ª séries) acreditamos que o uso de documentos escritos na sala de aula da educação básica, pode atender a mais uma função social: a de exemplificar conflitos entre diferentes grupos sociais, além de estabelecer relações claras entre o tempo presente e o tempo passado.

Palavras-chave: Ensino de História; documentos escritos; Sala de aula.

Introdução

O relato deste artigo é fruto das experiências dos Estágios Supervisionados de Formação de Professores I e II, orientados pela professora Crislane Azevedo, e realizados na Escola Estadual Desembargador Floriano Cavalcanti, respectivamente no segundo semestre de 2011 e no primeiro semestre de 2012. Na primeira e segunda parte do artigo falaremos da experiência do estágio I, mais especificamente de nosso projeto de pesquisa, requisito do referido estágio, que tem como temática o uso de documentos escritos em sala de aula. Enquanto na terceira e última parte trataremos do segundo estágio, que tinha como principais objetivos: realizar monitoria em turma de Educação Básica em diferentes disciplinas escolares (mínimo de três), além, da elaboração de um plano de atividades que foi aplicado no ensino médio. A atuação na Escola, a vivência com outros professores de diferentes disciplinas, nos permitiu, mais uma vez, uma reflexão sobre nossa futura atuação como docentes em História.

Na experiência de observação de aula de História do estágio I, constatamos que o livro didático continuava sendo o único recurso em sala de aula e os alunos continuavam lendo e copiando. No processo avaliativo, as respostas eram “colagens” do livro didático. Muitas vezes os emaranhados de parágrafos não faziam sentido algum para os alunos do terceiro ano. Sendo assim, no estágio posterior, novamente em uma turma

da terceira série do ensino médio, levamos documentos escritos, relacionados à Primeira República em Natal, para sala de aula, com o intuito de estimular a percepção dos alunos quanto à produção do conhecimento em História. Para tanto, ao longo da intervenção, com duração de 12 horas/aula, utilizamos documentos escritos como: artigos de jornais e revistas, resoluções municipais, planos de sistematização para cidade do Natal e crônicas.

O uso de documentos escritos em sala de aula

Ainda no estágio de formação de professores de História I, pensamos em um projeto de pesquisa para educação básica, direcionado para o uso de documentos escritos em sala de aula. O desejo em trabalhar o uso de documentos escritos em sala de aula, tema deste artigo, veio de uma indagação que fazemos desde que entramos no curso de História: “por que nossos professores de história, da educação fundamental e do ensino médio não trabalharam documentos escritos na sala de aula?”.

Ainda no ensino fundamental, usávamos apenas o livro didático. Tudo que estava contido nele era o que realmente aconteceu. As avaliações refletiam essa constatação, pois a nota máxima era dada àquele aluno que “lembrasse” corretamente dos conteúdos.

Portanto, o problema central que orientou nosso projeto de pesquisa foi: até que ponto o trabalho com documentos escritos, na sala de aula da educação básica, é enriquecedor para o processo de ensino-aprendizagem em História? A partir desta interrogação, pretendemos utilizar na nossa investigação em sala de aula os documentos escritos como recurso de ensino e fonte de conhecimentos, e a partir deles analisar o processo de ensino-aprendizagem em história na educação básica.

A partir da observação das aulas de história na terceira série do ensino médio, ainda no estágio I, pudemos perceber algumas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem em história. Portanto, buscaremos utilizar os documentos escritos em sala de aula, na perspectiva de uma história problematizada, estimulando nos alunos um olhar crítico sobre tais escritos. A partir da utilização dos documentos na educação básica, no segundo semestre de 2012, pretendemos responder ao questionamento que direciona nossa pesquisa.

Nossa hipótese é a de que, com o trabalho com os documentos escritos na educação básica, verificaremos um desenvolvimento de leituras críticas e produções

textuais mais pessoais, a partir de uma interpretação e análise do processo histórico em sua complexidade de mudanças e permanências.

Para dar seguimento ao nosso projeto, no segundo semestre de 2012, a pesquisa será desenvolvida a partir de investigação “com base em observação participante, diário de campo, elaboração e análise de questionários aplicados em sala de aula sobre o trabalho com documentos, de maneira que seja possível avaliar o andamento da aplicação do projeto” (ANDRÉ, 1995). Dessa forma, poderemos verificar o êxito de sua aplicação e, a partir disso, repensar formas para melhorar a metodologia.

A perspectiva de trabalho de nossa metodologia é a da pesquisa de tipo etnográfico. Ela se faz necessária, pois segundo Azevedo o professor-pesquisador nos estágios da licenciatura de história tem “a necessidade de uma formação docente voltada para a construção de profissionais emancipados posto que detentores de condições de articular adequadamente teoria historiográfica e prática pedagógica” (AZEVEDO, 2010, p. 2).

A pesquisa de tipo etnográfico busca:

descrever, compreender e interpretar os fenômenos educativos que ocorrem em contextos escolares. Na perspectiva etnográfica, as diversas variáveis que envolvem a prática pedagógica são analisadas em conjunto e na sua dinamicidade. Dessa maneira, torna-se possível melhor compreender o cotidiano escolar. Para tanto, é preciso considerar a atuação do pesquisador como um observador, entrevistador e analista entre teoria e empiria. A pesquisa de tipo etnográfico não se confunde com a pesquisa-ação considerada em sua definição mais tradicional uma forma de intervenção (AZEVEDO, 2010, p. 11).

Quanto ao período de operacionalização da pesquisa, Azevedo enfatiza a necessidade de adoção de uma postura flexível para a percepção de novos encaminhamentos da pesquisa e mesmo perspectivas de análise.

Somente a abertura ao universo do outro permite ao pesquisador do cotidiano escolar a possibilidade de definir ou mesmo descobrir novas categorias de análise e desenvolver novas interpretações. Em outros termos, a escuta sensível do pesquisador é imprescindível para que, neste momento do trabalho de campo, o pesquisador possa realizar as mediações entre teoria e empiria e, se o contexto o exigir, promover, inclusive, a revisão de princípios e procedimentos de pesquisa, aprimorando-os (AZEVEDO, 2010, p. 12).

Fazendo uso da pesquisa de tipo etnográfico ao final dos trabalhos em sala de aula, buscaremos refletir sobre nosso trabalho indo além da descrição dos fenômenos,

buscando “interpretar e considerar os significados atribuídos pelos próprios sujeitos as suas ações” (AZEVEDO, 2010, p. 12).

As leituras sobre a utilização de documentos escritos em sala de aula, direcionadas para o projeto de investigação sobre o ensino de história, ainda no Estágio I, foram fundamentais para percebermos que a utilização desses documentos no referido espaço escolar é antiga, mas vem sendo reelaborada ao longo do tempo e também para fundamentarmos nossa experiência na intervenção.

A primeira leitura que destacaremos e que foi de grande importância para o desenvolvimento dos estágios, foi o texto do professor Paulo Knauss, *Documentos históricos na sala de aula*. A proposta do referido educador ao trabalhar os documentos escritos é pensada a partir da “necessidade de superar a cadeia normatizadora do conhecimento, pronto acabado e localizado, desabsolutizando as formas de conhecimento, mesmo o científico” (KNAUSS, 1994, p. 4). Dentro dessa cadeia normatizadora professores e alunos passam a ser sujeitos passivos e sustentados, apenas, pelo livro didático, reproduzindo estruturas de pensamentos dominantes, sem pensar de forma crítica na produção de conhecimento.

Sendo assim, a inserção de documentos inscritos em sala de aula deve proporcionar aos alunos e professores uma experiência de construção de conhecimento. Nessa perspectiva, a sala de aula é vista como um ambiente de pesquisa e interação entre professores e alunos. Segundo o autor:

A metodologia deve se sustentar sob bases dialógicas, ensejadas pela animação docente, e na atividade de pesquisa e investigação, identificada com o processo de aprendizagem, cujo objetivo deve ser a construção de conceitos, possibilitadores da produção de uma leitura de mundo. [...] Dentro dessa orientação, a construção do conhecimento histórico se sustenta no processo indutivo de conhecimento partindo do nível sensível para alcançar a conceituação e a problematização. Isto significa dizer que o ponto de referência são os documentos a serem trabalhados em sala de aula (KNAUSS, 1994, p. 4,5).

Para Knauss, o documento é visto como um meio para se pensar a história, a partir da problematização, permitindo a saída do campo da reprodução do saber e da centralidade do livro didático, perspectiva que adotamos em nossa intervenção no ensino médio.

A professora Circe Bittencourt também trabalha a questão dos documentos escritos na sala de aula no capítulo intitulado “Usos didáticos de documentos” em sua obra *“Ensino de História: fundamentos e métodos”*. Para Bittencourt, muitos professores

que utilizam os documentos históricos consideram-nos um instrumento pedagógico eficiente. Bittencourt trata também da utilização do documento pelo historiador e pelo professor. A intenção de transformar o aluno em uma “espécie de historiador” acarreta “uma série de dificuldades ao ensino e contraria os objetivos da disciplina, cuja intenção maior é desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal” (BITTENCOURT, 2004, p. 327,328).

A autora aponta também para os critérios de seleção dos documentos. Deve-se “escolher os que sejam atrativos e não oponham muitos obstáculos para serem compreendidos, tais como vocabulário complexo, grande extensão, considerando o *tempo pedagógico* das aulas, e inadequação a idade dos alunos” (BITTENCOURT, 2004, p. 330). Ao escolher os documentos também se deve pensar se aqueles são motivadores e não se constituem em um texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade. Consideramos que os critérios de seleção apontados por Bittencourt foram relevantes para nossa atuação em sala de aula.

Outro posicionamento de Bittencourt, que enfocamos em nosso projeto e também na primeira experiência na docência, foi o de que o uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade (BITTENCOURT, 2004, p. 333).

Além das leituras, destacaremos os elementos teóricos conceituais que também contribuíram para nossa intervenção na sala de aula da educação básica.

Os conceitos que consideramos relevantes para nosso projeto em sala de aula, foram os de documento histórico e processo de ensino-aprendizagem. O documento deve ser visto na sala de aula na perspectiva de um problema.

Ao trabalhar a noção de documento ele afirma que este é escolha do historiador. Ao esmiuçar o conceito de documento, o historiador propõe que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente e inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro-voluntária ou involuntariamente-determinada imagens de si próprias. No limite, não existe um documento-

verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1994, p. 547-548).

É a dimensão do documento como produção, que depende de premissas do espaço em que foi produzido e também a compreensão de que o documento não é a verdade, mas que pode apresentar outra leitura da compreensão da história, além daquela apresentada no livro didático que enfocaremos em nossa aula de História direcionada à Educação básica.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem, destacamos as proposições da professora Maria Mizukami em sua obra “*Ensino: as abordagens do processo*”. Para responder a questão “o que fundamenta a ação docente?”, a professora Mizukami “realizou uma análise teórica de conceitos relativos a diferentes abordagens do processo ensino-aprendizagem que possivelmente são veiculados em cursos de licenciatura” (Mizukami, 1986, p. XIV), dentre outras fontes.

Da referida obra retiramos reflexões sobre as premissas da abordagem sócio-cultural.

Segundo Mizukami, uma das obras referentes a esse tipo de abordagem, que enfatiza aspectos sócio-político-culturais, mais significativas no contexto brasileiro, e igualmente uma das mais difundidas é a de Paulo Freire, com sua preocupação com a cultura popular.

O fenômeno da preocupação com a cultura popular surge após a II Guerra Mundial e se liga a problemática da democratização da cultura. Em países industrializados, o Movimento de Cultura Popular volta-se para os valores que caracterizam um povo em geral. Já nos países do Terceiro Mundo, esse movimento tem-se voltado frequentemente, por exemplo, para as camadas sócio-econômicas inferiores, e uma das suas tarefas tem sido a de alfabetização de adultos. Parte sempre do que é inerente ao povo, sobretudo do que as pessoas assimilaram como sujeitos, não lhes fornecendo, portanto, coisas prontas, mas procurando trazer valores que são inerentes a essas camadas da população e criar condições para que os indivíduos os assumam e não somente os consumam (MIZUKAMI, 1986, p. 85).

Segundo a autora, no caso do Brasil, o Movimento de Cultura Popular contribui para a elaboração de uma verdadeira cultura, a partir de uma motivação de cunho vivencial. “Tratava-se de um trabalho com o objetivo de possibilitar uma real participação do povo enquanto sujeito de um processo cultural” (MIZUKAMI, 1986, p. 86).

Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem enfoca a pedagogia do oprimido pregada por Paulo Freire. Segundo este estudioso, tal pedagogia “é aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homem ou povo, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas o objeto de sua reflexão, resultando daí o engajamento do homem na luta por sua libertação” (MIZUKAMI, 1986, p. 86).

Para Freire, uma situação de ensino-aprendizagem, deverá procurar a superação da relação opressor-oprimido. “A superação deste tipo de relação exige condições tais como: reconhecer-se, criticamente, como oprimido engajando-se na práxis libertadora, onde o diálogo exerce papel fundamental da realidade opressora” (MIZUKAMI, 1986, p. 97).

Ensino e aprendizagem assumem um significado amplo, tal qual o que é dado a educação. Não há restrições às situações formais de instrução. A verdadeira educação, para Freire, consiste na educação problematizadora, que ajudará a superação da relação opressor-oprimido. A educação problematizadora ou conscientizadora, ao contrário da educação bancária, objetiva o desenvolvimento da consciência crítica e a liberdade como meios de superar as contradições da educação bancária, e responde à essência de ser da consciência, que é sua intencionalidade. A dialogicidade é assência desta educação. Educador e educando são, portanto, sujeitos de um processo que crescem juntos, porque “...ninguém educa ninguém, ninguém se educa; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (MIZUKAMI, 1986, p. 97,98).

Ao pensar esse caminho no processo de ensino-aprendizagem concordamos com Freire, na mediada em que acreditamos que a educação deve ser principalmente problematizadora. O uso de documentos escritos em sala de aula pensado nesse artigo pontua-se por essa lógica. Documentos previamente selecionados que possibilitem aos alunos outra leitura de mundo, que permitam a percepção da complexidade dos processos históricos e com esse conhecimento possa-se romper a relação de opressor-oprimido. Pois, acreditamos que o “homem não participará ativamente da história, da sociedade, da transformação da realidade, se não tiver condições de tomar consciência da realidade e, mais ainda, da sua própria capacidade de transformá-la” (MIZUKAMI, 1986, p. 94).

Ainda, acreditamos que a sala de aula é o lugar da troca de construção de conhecimentos: docente e alunos dialogam e a partir dessa base dialógica constroem conceitos.

A primeira experiência na docência, a intervenção

A experiência da intervenção ocorreu no estágio II, após um mês de observação da turma escolhida, o terceiro ano B, do Floriano Cavalcanti. Nessa primeira experiência na docência tivemos a oportunidade de aplicar, mesmo que de forma breve, nosso projeto de pesquisa, esmiuçado anteriormente.

Observar a turma nesse primeiro momento foi fundamental na construção do plano de atividades da intervenção, que teve como objetivo central analisar, a partir de diferentes documentos escritos, as transformações, tanto físicas quanto sociais, pelas quais passou a cidade do Natal no período da Primeira República.

O interesse em trabalhar com documentos escritos relacionados à Primeira República em Natal, dentre outros motivos, decorreu da ausência do trabalho com temas relacionados à História local na terceira série do ensino médio.

A Natal que enfocamos foi a do período da Primeira República, cidade composta basicamente por dois bairros, a Cidade Alta e a Ribeira.

Na primeira República, dentre outros aspectos, Natal viveu a ideia de novo. Novo, segundo Arrais, “é invocado para adjetivar lugares, técnicas, mercadorias, ideologias. Nessa época, as pessoas viviam numa atmosfera de esperança, de renovação e curiosidade” (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 14). Os anseios da sociedade natalense nesse início de século XX podem ser encontrados em jornais, revistas, resoluções municipais, planos de sistematização para cidade do Natal e crônicas. Ao trabalharmos, a partir desses documentos escritos colocamos os alunos em contato com outra possibilidade de leitura, outra visão do mundo produzida nos relatos de época. Documentos escritos que não traduzem o real, mas que ajudam a refletir sobre os processos históricos, suas permanências e mudanças. Outra possibilidade de leitura da História pode estimular nos alunos uma percepção crítica dos processos históricos.

A oficina também pretendeu estimular o trabalho com a história local. Segundo Bittencourt (BITTENCOURT, 2009, p. 35) a história local permite ao aluno a compreensão do seu entorno. Todavia, deve-se tomar sérios cuidados com a noção de espaço, especialmente a de *lugar*. É preciso que o lugar analisado seja visto em suas especificidades, sem que ele seja, porém, desconectado de contextos mais amplos.

Ao trabalharmos com a história local tentamos apontar quais os reflexos da Natal da Primeira República com a Natal vivenciada pelos alunos do terceiro ano B.

A oficina ocorreu entre os dias 3 e 25 de maio do corrente ano. Para não nos alongarmos neste artigo, destacaremos a experiência de um dia da oficina, o segundo dia, 7 de maio, no qual utilizamos cinco horas aula.

No segundo dia de intervenção, a oficina foi ministrada durante as cinco aulas do turno vespertino como previamente tinha-se combinado com os professores de história, geografia, português e artes.

Chegamos 20 minutos antes do horário da aula e procuramos a responsável pela sala de vídeo que chegou 15 minutos depois do horário previsto para o início da aula, mas dentro do limite de atraso.

Na primeira aula, depois de feita a chamada, retomamos a discussão do que seria um documento escrito, feita na aula anterior, para que os alunos relembassem o assunto da aula passada e se tivessem dúvidas, elas fossem sanadas. Os alunos mostraram algumas dúvidas como, por exemplo, a ideia de documento como verdade e também o que seria e o que não seria um documento histórico. A partir desses questionamentos tentamos esclarecer as dúvidas, mostrando exemplos do cotidiano deles. Um deles foi pedir para que os alunos contassem um fato atual da mídia e cada um foi contando a mesma história, mas, com versões diferentes. A partir desses relatos fomos estabelecendo conexões com o documento histórico que mostram diferentes versões de um mesmo evento, mas, nenhum deles traz uma verdade absoluta e sim visões diferentes de um mesmo evento.

Em seguida, no segundo momento da oficina, apresentamos em forma de aula expositiva dialógica, com o auxílio do projetor multimídia, documentos escritos em Natal para o período da Primeira República, mostrando o ano de sua criação e suas principais características, como por exemplo, o Jornal *A Republica*, resoluções municipais, crônicas e os planos de sistematização. Levamos exemplos de documentos e os alunos mostraram-se bastante interessados com eles, com o tempo de produção, com o fato dos documentos ainda existirem.

Depois, de explicado documento por documento fizemos uma atividade com os alunos, na qual, a sala foi dividida em grupos de quatro pessoas. Cada grupo recebeu dois tipos de documentos, uma crônica e uma resolução e ficou com a tarefa de destacar os seguintes pontos: o tipo de documento (Matéria de jornal, crônica, resolução, dentre outros), a data da documentação, o lugar em foi escrito (jornal, revista) e o tema central do texto. Para auxiliar os alunos levamos um glossário que ficou exposto na projeção de slides.

Os alunos nos surpreenderam, pois pensávamos que eles teriam maiores dificuldades, mas logo identificaram de que documento se tratava. No entanto, alguns grupos tiveram dificuldade quanto ao tema em questão, que no geral, tratava de transformações na cidade na Primeira República, mas o objetivo da atividade era que os

alunos distinguíssem os documentos, atentássem para características específicas e isso todos os grupos fizeram corretamente. As transformações em Natal eles veriam logo em seguida.

No terceiro momento de nossa oficina, apresentamos um quadro geral do que foi a primeira República no Brasil. Depois, através de documentos escritos, mostramos representações da cidade do Natal no final do século XIX e início do século XX.

Nas duas últimas aulas da oficina, discutimos como alguns natalenses viam sua cidade e também propunham modificações para a mesma se adequar ao modelo de modernidade difundido na Primeira República, e mostramos em que medida o discurso desses natalenses deu forma a novos bairros, praças, dentre outras modificações.

Nos momentos finais da oficina do segundo dia da oficina, fizemos um trabalho com os mesmos grupos da primeira atividade, no qual, cada grupo trabalhou com diferentes documentos e partir deles deveriam estabelecer conexões com os conteúdos vistos na aula.

Quanto ao conteúdo trabalhado, acreditamos que foi o que tínhamos previamente planejado. Uma vez que nos propomos a trabalhar com documentos escritos que tratavam do período da Primeira República em Natal, preparamos o conteúdo e selecionamos os documentos que seriam utilizados na aula e entregamos documentos e conteúdos a cada aluno para que eles pudessem acompanhar melhor a aula.

Acreditamos que o fato de termos levado o material para os alunos, facilitou o desenrolar da aula. Eles podiam acompanhar melhor o conteúdo, uma vez que era novo para eles. Outra coisa que percebemos é que os alunos sentiram-se valorizados com o fato do material ter sido preparado para eles, também pelo fato de cada um recebeu o seu e não ter que devolver no final da oficina.

Como a oficina tratava de documentos escritos, cada aluno recebeu documentos transcritos para trabalhar individualmente. Também nos preocupamos em começar cada explanação do conteúdo a partir de perguntas, da participação dos alunos. Baseado nas respostas e nos que tínhamos previamente estudado íamos construindo a explicação.

Os alunos se mostraram muito participativos e também curiosos com as mudanças que ocorreram na cidade em que vivem no início do século XX. Em vários momentos da aula, eles relacionaram a cidade do presente com a cidade do passado. Também levamos imagens e mostramos a historicidade de cada uma delas o que também facilitou o processo de ensino-aprendizagem. Aos poucos os alunos foram

construindo, com ajuda das imagens, um “mapa” da antiga cidade do Natal. Foi uma experiência tão agradável que acabamos aprendendo muito com eles.

No que diz respeito aos objetivos destinados a essa aula, os objetivos específicos eram: identificar diferentes tipos de documentos escritos em Natal, para o período da Primeira República, tais como: matérias de jornais, resoluções, crônicas e os planos de sistematização; relacionar o contexto de produção dos documentos na Primeira República em Natal com o seu conteúdo; identificar em que medida os documentos escritos, que remetem ao período da Primeira República em Natal, refletem especificidades da história da referida cidade; relacionar como o discurso de um determinado grupo social da capital potiguar, a elite, reproduzido nos documentos escritos, influenciou nas mudanças físicas e sociais da cidade do Natal.

Os quatro objetivos foram trabalhados durante a aula e também contemplados na atividade. No entanto, na correção das atividades, alguns grupos tiveram dificuldade em relacionar os documentos escritos com os conteúdos vistos em sala de aula. Outros grupos expressaram bem o pensamento de forma oral, mas não tiveram a mesma desenvoltura com a parte escrita, por isso no próximo dia da oficina, que será apenas uma aula, será direcionado somente para as correções e discussão em grupo para que as dúvidas que ficaram sejam esclarecidas.

Considerações finais

Como futuros docentes, devemos pensar o ensino de História como algo que pode ser abordado sob diversas maneiras. Como ensinar vai depender da maneira de como nosso aluno vai aprender, antes de pensarmos qualquer forma de ensinar a História devemos conhecer o nosso público.

As atuais propostas curriculares partem da premissa de que o trabalho do professor pesquisador deve atentar para alguns pontos tais como: a preocupação com um ensino de história que esteja articulado à realidade do aluno; atenção à historicidade dos conceitos; ênfase nas relações presente/passado; substituição da memorização pela reflexão; promoção do ensino plural; valorização da história local (AZEVEDO; LIMA, 2011).

Nosso primeiro contato com a docência, um primeiro ensaio na sala de aula. Contribuiu, dentre outros aspectos, para formação de uma postura docente em sala de aula, a construção de nossa autonomia docente. Nesse período de um mês de intervenção assumimos a turma e conseqüentemente tudo ao que a ela dizia respeito e percebemos o quanto é importante conhecer nosso alunado, para isso o período de

monitoria foi fundamental. Além de conhecer, é fundamental planejarmos cada aula, cada ação em sala de aula. Ter conhecimento dos conteúdos, algo básico, mas que às vezes não é levado em consideração. Toda essa preparação tem reflexo direto nas respostas dos alunos, na participação em sala de aula.

A experiência da intervenção no Estágio II, também serviu para romper a ideia de alunos desinteressados. Os alunos do terceiro B, demonstraram interesse em cada atividade que levamos.

Nos trabalhos em grupos, os alunos: identificaram em que medida os documentos escritos, que remetiam ao período da Primeira República em Natal, refletiam especificidades da história da referida cidade; relacionaram como o discurso de um determinado grupo social da capital potiguar, a elite, reproduzido nos documentos escritos, influenciou nas mudanças físicas e sociais da cidade do Natal; construíram, a partir da análise de diferentes documentos escritos, interpretações próprias do que foi a modernidade em Natal no período da Primeira República e identificaram como as crônicas, escritas por Luís da Câmara Cascudo, relacionavam-se com o quadro de transformações em Natal em 1920. Além da participação ativa nas aulas. Os resultados positivos nos mostraram o quanto pode ser proveitoso para o processo de ensino-aprendizagem em História, a inserção de documentos escritos em sala de aula.

Referências

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade moderna – Natal, entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

AZEVEDO, Crislane B. de; LIMA, Aline Cristina da S. Leitura e compreensão do mundo na Educação Básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. *Roteiro*. Joaçaba, v. 36, n. 1, p.55-80, jan./jun-2011.

BITTENCOURT, Circe M.F. Usos didáticos de documentos; Aprendizagens em História. In: _____ *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

KNAUSS, Paulo. *Documentos históricos na sala de aula*. Primeiros escritos, nº 1, julho – agosto, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

MIZUKAMI, Maria da Graça. Prólogo; Abordagem sócio-cultural. In: _____ *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.